BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • fevereiro/março de 2016

MUNICIPALISTAS COBRAM COMPROMISSOS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

Nesta edição:

– CNM e Atricon analisam efeitos da crise nos Municípios brasileiros
– Ação marca parceria entre CNM e Movimento Municipalista do Rio
– Câmara e Senado acertam votação de projetos na véspera da Marcha

Governo Federal

CNM se reúne com a pres cobrar compromissos firm

Na sexta-feira, 4 de março, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) em exercício, Glademir Aroldi, e os presidentes das Associações Estaduais participaram de reunião no Palácio do Planalto com a presidente da República, Dilma Rousseff. No encontro também estavam presentes o chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, e o ministro-chefe Ricardo Berzoini.

Fundo de Participação

Um dos pontos cruciais enfatizados pela CNM foi o valor do repasse extra de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2014, foi aprovado pelo Congresso Nacional e com apoio do próprio governo federal o repasse extra de 1% do FPM. Na Emenda Constitucional (EC) 84/2014, seriam distribuídos 0,5% em 2015 e 1% em 2016. Porém, no repasse de julho de 2015, os Municípios só receberam o aumento referente aos meses de janeiro a junho, ou seja, 0,25%. E agora, após leitura do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2016, verificou-se que o Tesouro Nacional estava usando o critério de apenas 0,75% (0,25 referente ao ano de 2015 e 0,5% do ano de 2016) na projeção do FPM deste ano e não 1% como consta na Emenda Constitucional aprovada. "No encontro, após relato dos prefeitos, a presidente confirmou que os Municípios irão receber o que é devido por lei, ou seja, 1% do FPM", informou Aroldi.

Imposto de Renda

Além disso, também se discutiu sobre a modificação do Imposto de Renda Retido na Fonte dos prestadores de serviços aos Estados e aos Municípios pela Receita Federal. Antes, os valores ficavam no local do recebimento, mas de uma hora para outra foi determinado que os Estados e os Municípios transferissem ao Tesouro Nacional esse recurso, além dos valores referentes aos últimos cinco anos. A presidente alertou que essa cobrança retroativa não deve ser feita e que situação atual deve ser revista imediatamente.

A Confederação vai continuar lutando para que essa receita continue com os Municípios, que estão, diariamente, perdendo cada vez mais recursos importantes para sustentar suas atividades, principalmente nas áreas de Saúde e Educação.

Problemas nos repasses

A CNM também cobrou veemente uma solução concreta para os atrasos e a falta de correção nos repasses, sobretudo nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. "A gente cobrou muito a relação federativa e o compromisso do governo em cumprir suas obrigações com os Municípios", enfatizou o representante da CNM.

Sobre a falta de pagamento do Fundo de Exportação (FEX) referente ao ano de 2015, a presidente determinou que seja encaminhada uma lei imediatamente para o Congresso Nacional para que o recurso seja pago ainda no primeiro semestre de 2016.

Outro ponto discutido foram as distorções referentes às estimativas supervalorizadas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Como as estimativas são muito acima do que o normal, o piso do magistério fica mais elevado, os Municípios não conseguem assumir este gasto, o que causa frustração e descontentamento em todos.

Reforma da Previdência

A reforma da Previdência foi abordada, porém, os prefeitos são favoráveis apenas se esta for extensiva aos servidores municipais. Além disso, a CNM também acha importante a necessidade de um encontro de contas entre os regimes de previdência para eliminar os excessos que são cobrados mensalmente dos Municípios.

Desvinculação dos Recursos da União

Outra preocupação do movimento municipalista durante a reunião com a presidente Dilma foi a Desvinculação dos Recursos da União (DRU), já que os prefeitos sempre foram contra. Logicamente, quando os recursos da União diminuem, o dinheiro deve continuar sendo aplicado nos programas existentes, se não são pagos pela União, o desembolso sai do caixa do Município.

Assim, a CNM é a favor da DRU desde que os recursos da Saúde e da Assistência Social sejam excluídos da desvinculação, da mesma forma que a área da educação é excluída do cálculo. Com essa medida, espera-se que o recurso que será transferido para os Municípios seja mantido ou elevado.

Apoio na aprovação da CPMF

Durante o encontro também foi discutido o apoio dos prefeitos para a aprovação no Congresso Nacional da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CMPF) nos moldes propostos pelos gestores municipais. Isto é, 0,20% para a União; 0,09% para os Estados; e 0,09% para os Municípios. Isso sem desconto no Imposto sobre movimentações financeiras (IOF) nos Estados e nos Municípios, com destinação para previdência, mas também para a área de Saúde e seguindo a distribuição do FPM . "Apesar de não ser o momento adequado para mais um imposto, nós devemos discutir bastante com os prefeitos e avaliar as opções para os Municípios", concluiu Aroldi.

idente da República para nados com os Municípios

Presidência da República

Restos a Pagar

"Lembramos também que este é o último ano do mandato dos prefeitos e que, por força de Lei da Responsabilidade Fiscal, gestores com conduta exemplar podem virar réu por causa dos Restos a Pagar", lamenta Aroldi. Os Restos a Pagar (RAP) correspondem às despesas que foram empenhadas ou liquidadas em determinado ano, mas que não chegam a ser pagar até o final dele. Assim, R$ 43 bilhões estão inscritos como Restos a Pagar (RAP) atualmente. Pela Lei Complementar 101/2000, nenhum gestor municipal pode deixar RAP sem a receita correspondente em caixa. Se isso não for feito, o gestor pode ser considerado ficha suja mesmo sem ter agido de má-fé.

"O governo tem de resolver essa situação imediatamente, uma solução tem de ser encontrada o quanto antes", afirmou o representante da CNM.

Presidentes na reunião

Participaram da reunião os presidentes da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão Siqueira; da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria Mendes de Jesus; da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Expedito José do Nascimento; da Associação Goiana de Municípios (AGM), Cleudes Bernardes da Costa; e da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre. Também estiveram na reunião os presidentes da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Júlio; da Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM), Neurilan Fraga; da Associação dos Municípios de Pernambuco (Amupe), José Coimbra Patriota Filho; da Associação Piauiense de Municípios (APPM), Arinaldo Antônio Leal. E finalmente os presidentes da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Folador; da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Sisi Blind; da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), João Emídio de Miranda; da Associação Rondoniense de Municípios (Arom), Jurandir de Oliveira Araújo; da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), Tota Guedes; e o vice-presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Erney Cunha Bazzano Barbosa.

Meio Ambiente

CNM destaca importância de parcerias para gestão eficiente de resíduos sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12.305/2010, trouxe muitas obrigações aos Municípios. Apesar de a concentração da execução dos resíduos recair sobre as prefeituras, as responsabilidades estabelecidas na legislação também são estendidas a Estados, União, sociedade e setor empresarial. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca que a participação de todos é preponderante para a eficiência na gestão dos resíduos sólidos e cita casos de sucesso em parcerias firmadas com os Municípios.

EBC

A responsabilidade dos Municípios na gestão dos resíduos sólidos está prevista na Constituição Federal. Diante da obrigatoriedade e de poucos recursos para investimentos em infraestrutura, as prefeituras procuram apoio para a execução do que é previsto na PNRS. No Município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, uma parceria entre a União e a cidade ganhou notoriedade na coleta seletiva de resíduos sólidos.

No ano passado, São Leopoldo ganhou o prêmio local Gestor Público 2015 do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Rio Grande do Sul. A cidade foi vencedora ao apresentar um projeto de coleta seletiva compartilhada. O modelo foi implantado em julho de 2014 e conta com a adesão de moradores e condomínios.

Logística

Gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Sedetec), o projeto consiste em organizar o trabalho com a logística de divisão em bairros, dias da semana e empresas do Município entre as sete cooperativas de catadores da cidade. A Sedetec também busca qualificar os funcionários das cooperativas com a participação em cursos periódicos.

Para ajudar a viabilizar a coleta seletiva, a prefeitura adquiriu equipamentos que foram distribuídos entre as cooperativas por meio de convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego. Antes de definir a iniciativa, cada cooperativa expôs suas necessidades aos gestores municipais. Uma delas recebeu uma esteira de 4 metros para triagem dos resíduos. O equipamento modernizou a cooperativa que antes realizava o trabalho em uma mesa de madeira.

Em São Leopoldo, a Sedetec recebe o apoio da incubadora de empresas Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (Tecnosociais) da Universidade do Vale do Rio Sinos (Unisinos) e auxilia as cooperativas em seus projetos de contabilidade.

Acordo em Dois Irmãos (RS)

Outro Município que a CNM destaca é o de Dois Irmãos, também no Rio Grande do Sul. A cidade possui uma população estimada em 27 mil habitantes. Lá foi implantada no ano de 1994 a coleta seletiva municipal, que atualmente atende todo o Município. Em 2015, a Fundação Nacional de Saúde do Rio Grande do Sul entregou um caminhão e uma retroescavadeira.

A iniciativa foi fruto de um convênio celebrado em 2012 com a prefeitura e foi orçada em R$ 795 mil. Os investimentos possibilitaram a realização de obras e a ampliação da usina de triagem. A ação trouxe benefícios diretos para a Cooperativa de Trabalho dos Recicladores e Catadores do Município, bem como para a sociedade e o meio ambiente.

A gestão eficiente dos resíduos no Município é realizada em três etapas. A coleta é feita em caminhões por funcionários da prefeitura e a triagem dos materiais pela Cooperativa de Trabalho dos Catadores e Recicladores de Dois Irmãos, que foi criada em conjunto com a implantação da coleta seletiva. Os rejeitos da Usina de Triagem e Reciclagem e os materiais orgânicos são encaminhados para Estação Municipal de Transbordo, onde ficam temporariamente. O destino final é um aterro sanitário privado, também localizado em São Leopoldo.

Parceria estadual

Um modelo de parceria entre Estado e Município foi adotado em Buritama, São Paulo. A cidade possui apenas 16 mil habitantes. Pelo acordo firmado recentemente, um convênio será celebrado com o objetivo de construir um Centro de Triagem ao lado do aterro sanitário existente na cidade.

O centro vai contar com um escritório e dois barracões. Nos locais serão armazenados um triturador de entulho, galho e uma esteira para separação dos resíduos. Com isso, o Município pretende avançar na coleta seletiva solidária.

A CNM exalta esses exemplos de boas práticas. A entidade entende que esses modelos mostram que mesmo os Municípios pequenos têm buscado dar tratamento adequado e soluções sustentáveis para os seus resíduos. Entretanto, a Confederação ressalta que o sucesso de ações como essas depende do apoio técnico e financeiro dos Estados e da União, o que infelizmente a maioria dos Municípios brasileiros ainda não recebe.

Finanças

Municípios pleiteiam recursos de uma possível nova CPMF

O recebimento de recursos em caso de retorno da CPMF – a Contribuição sobre Movimentações Financeiras – é um dos itens da pauta de prioridades para votação na Câmara dos Deputados apresentada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), durante audiência na quarta-feira, 17 de fevereiro, com o presidente da Casa, Eduardo Cunha.

A recriação do tributo, extinto em 2007, está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 140/2015, enviada pelo governo ao Congresso. O texto prevê uma CPMF com alíquota de 0,20% sobre todas as operações financeiras, a ser cobrada até 31 de dezembro de 2019.

A arrecadação extra seria usada para financiamento da previdência e da saúde, mas a proposta tem de ser aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara antes de ser submetida ao Plenário, o que ainda não aconteceu.

Segundo o tesoureiro da CNM, Hugo Lembeck, não há consenso entre os prefeitos sobre a recriação ou não da CPMF. O que ele espera, no entanto, é que, se o imposto for recriado, parte dele seja destinada aos Municípios.

"Há prefeitos que são contra e outros que são a favor, assim como deputados também. Porém, se ela for votada e aprovada, que os Municípios não fiquem de fora, que sejam contemplados, assim como os Estados e a União", afirmou Lembeck, que é prefeito de Taió (SC).

O deputado André Moura (PSC/SE) acompanhou os representantes da CNM no encontro com Cunha e informou que o presidente se comprometeu com a pauta apresentada pela Confederação, menos com a votação da CPMF.

Pressão do governo – Na avaliação de Moura, o governo busca o apoio dos prefeitos para que pressionem os parlamentares a aprovar a CPMF, com a alegação de que cabe aos Municípios um percentual dela.

"Só que o governo não tem compromisso com os Municípios. Caso contrário, não teria vetado na repatriação de recursos mantidos no exterior – Lei 13.254/2016, que nós aprovamos aqui, que um percentual do que for repatriado seja destinado a Estados e Municípios, obedecendo aos mesmos critérios de divisão proporcional do FPE e do FPM. Isso geraria, para os Municípios, uma receita maior do que a CPMF", declarou o deputado.

OUTROS ITENS

Outros itens da pauta da CNM incluem justamente a divisão com os Municípios de recursos repatriados e ainda um prazo maior para o fim dos lixões. O prazo para que as prefeituras acabassem com os lixões e criassem aterros sanitários terminou em agosto de 2014.

Entre os dias 9 e 12 de maio, prefeitos de todo o país participarão da ***XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios***.

Educação

A União não complementa o pagamento do piso nacional do magistério

Na negociação salarial em diferentes Estados e Municípios, sindicatos de professores insistem que os governos sem recursos para pagar o piso nacional do magistério podem recorrer à complementação da União.

Embora a Lei 11.738/2008 estabeleça que a União deve complementar a integralização do pagamento do piso do magistério quando o Ente federativo não tiver recursos próprios para pagar o valor fixado nacionalmente, é preciso esclarecer que:

1º) De acordo com a Lei, os recursos federais para pagamento do piso correspondem aos 10% da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que podem não ser distribuídos pela matrícula, e sim por meio de programas para melhoria da qualidade da educação básica (CF, ADCT, art. 60, inc. VI, com a redação da EC 53/2006).

Portanto, os recursos que poderiam ser repassados para pagamento do piso não seriam recursos novos e só poderiam contemplar os Estados e seus Municípios já beneficiados com a complementação da União ao Fundeb. Em 2016, são eles: AM, PA, AL, BA, CE, MA, PB, PE e PI.

2º) A Lei também faz referência a regulamento que deve ser observada na complementação da União para integralizar o pagamento do piso do magistério. Ou seja, seria preciso definir um conjunto de critérios que Estados e Municípios deveriam comprovar para terem direito de receber esses recursos federais, tais como aplicação do mínimo de 25% da receita resultante de impostos em despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), preenchimento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), existência de plano de carreira do magistério municipal etc.

Entretanto, desde 2009 até hoje, não se chegou a entendimento sobre esses critérios, e, em consequência, pela Resolução 7, de 26 de abril de 2012, o MEC divulgou a decisão de não repassar recursos para integralizar o pagamento do piso nacional do magistério até que se consiga fixar critérios segundo os quais possa ser avaliado se, apesar do cumprimento dos recursos constitucionalmente vinculados ao MDE, o Ente federativo não tem disponibilidade orçamentária para pagar o valor do piso divulgado pelo MEC.

3º) Por fim, apesar de ter decidido não complementar o pagamento do piso, desde 2013 o governo federal tem retido esses 10% do valor da complementação da União ao Fundeb nas transferências mensais, e só os distribui pela matrícula junto com o resíduo repassado em janeiro do ano seguinte para integralizar o valor da complementação ao Fundo do ano anterior.

Portanto, nunca houve complementação da União para pagar o piso nacional dos professores para nenhum Ente federado!

Rio Grande do Norte perde complementação

É preciso destacar a situação do Estado do Rio Grande do Norte e seus Municípios no que se refere à complementação da União ao Fundeb, pois essa complementação não foi recebida em todos os exercícios fiscais de vigência do Fundo.

Em 2007, 2008 e 2009, o RN não recebeu complementação da União ao Fundeb.

Em 2010, 2012 e 2013, essa complementação foi paga somente no momento do ajuste anual de contas, quando são considerados 100% do valor da complementação, pois durante o ano são considerados apenas 90%, uma vez que 10% são retidos para posterior repasse (vide explicação acima) e também consideradas as receitas efetivamente arrecadadas dos impostos que formam o Fundeb no Estado.

Portanto, apenas em 2011, 2014 e 2015, o RN recebeu recursos da complementação da União durante o exercício fiscal. Entretanto, em 2011 e 2014 essa complementação foi paga até o final do ano e, em 2015, o RN recebeu complementação da União até outubro e deixou de recebê-la a partir do mês de novembro.

Segundo o FNDE, isso ocorreu porque houve significativa variação da receita estimada do Fundeb no RN durante o ano de 2015. Enquanto na última estimativa de 2014 a receita do Fundo estadual fora de R$ 1,75 bilhão e na primeira estimativa de 2015 de R$ 1,70 bilhão, na segunda estimativa de 2015, divulgada pela Portaria Interministerial 8, de 5 de novembro de 2015, a receita do Fundeb no RN foi de R$ 2,0 bilhões. O surpreendente é que nos demais Estados foi estimada uma redução das receitas do Fundo, em decorrência da situação de crise econômica vivenciada em todo o país.

Dessa maneira, em consequência das receitas do Fundeb estimadas em novembro de 2015, o RN não só perdeu a complementação da União ao Fundo em novembro e dezembro, como também não recebeu os 15% repassados pela União no início do ano subsequente ao do exercício para completar os repasses de complementação anual do ano anterior.

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a suspensão dos repasses relativos à complementação da União ao Fundeb gerou imensas dificuldades para as administrações municipais no RN no fechamento do ano de 2015, pois o planejamento das despesas na educação ao longo do exercício fiscal contava com esses recursos.

Meio Ambiente

Municípios sofrem com carência de recursos no combate a incêndios e queimadas

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) faz alerta a todos os gestores municipais sobre a emissão anual de portaria nacional que autoriza a contratação de brigadistas para atuar em áreas de alto risco ambiental.

Desde 2008 esse tipo de portaria que declara o Estado de Emergência Ambiental em regiões que mais sofrem em períodos de seca são publicadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A Confederação explica que as portarias são um procedimento de medida preventiva no combate a queimadas e incêndios florestais em áreas de alto risco ambiental, em conformidade com a legislação brasileira e o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC).

Ao evitar incêndios e queimadas, as portarias atuam como estratégia para que o Brasil alcance suas metas de redução na emissão de gases de efeito estufa, minimizando suas emissões naturais.

Estado de Emergência Ambiental – A CNM esclarece que, em caráter preventivo, a declaração do Estado de Emergência Ambiental é importante para a montagem de ações tanto preventivas quanto ofensivas no combate a desastres ambientais, pois permite a liberação de recursos, contratação de brigadistas e a montagem de questões logísticas para o controle ambiental.

A preocupação da CNM é que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil não trabalha com o termo Estado de Emergência Ambiental, mas sim com dois conceitos bastante similares, sendo o segundo mais grave do que o primeiro em seus efeitos.

SE/ECP – O primeiro é chamado Situação de Emergência e consiste em uma situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

Já o segundo é chamado de Estado de Calamidade Pública, que possui conceito semelhante, mas difere no sentido de ser uma situação que compromete substancialmente a capacidade de resposta dos Entes federados atingidos.

A entidade explica que ambos os conceitos são as formas legalmente aceitas de um Município declarar sua situação de anormalidade e pleitear junto ao governo federal auxílio para ações de resposta, reconstrução e reabilitação.

Ação dos Municípios – Dessa forma, a CNM alerta que o conceito usado pelo MMA não pode ser usado pelos Municípios, pois as portarias anuais que declaram Estado de Emergência Ambiental visam apenas a identificar as áreas onde as brigadas federais de incêndios e queimadas atuarão. Com isso, permite ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contratar até 2.500 brigadistas, sem licitação, por até 6 meses para atuarem nessas áreas.

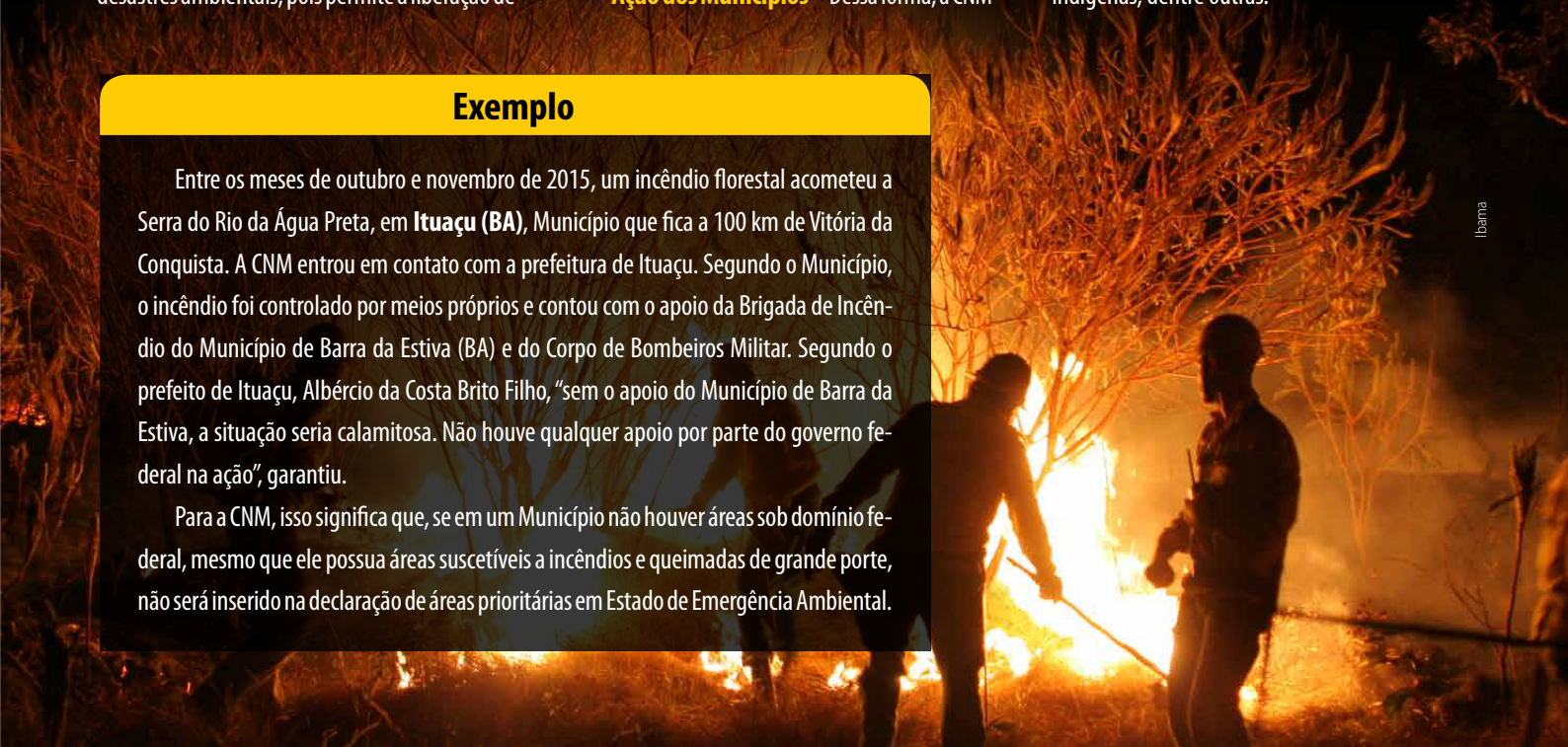
É uma ação que não libera recursos técnicos nem financeiros aos Municípios e que tem atuação em áreas federais. A CNM destaca que a Lei Complementar 140/2011 buscou evitar a sobreposição de atribuições entre as esferas municipal, estadual e nacional, mas na prática restringiu a atuação das brigadas a áreas de domínio federal, pois as brigadas estão sob a responsabilidade do Ibama.

Assim, a atuação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, Prevfogo, precisou ser redirecionada e houve mudanças nos critérios de escolha das regiões declaradas como Estado de Emergência Ambiental. A escolha é restrita a áreas federais onde há Unidades de Conservação, assentamentos agrários, terras indígenas, dentre outras.

Exemplo

Entre os meses de outubro e novembro de 2015, um incêndio florestal acometeu a Serra do Rio da Água Preta, em **Ituaçu (BA)**, Município que fica a 100 km de Vitória da Conquista. A CNM entrou em contato com a prefeitura de Ituaçu. Segundo o Município, o incêndio foi controlado por meios próprios e contou com o apoio da Brigada de Incêndio do Município de Barra da Estiva (BA) e do Corpo de Bombeiros Militar. Segundo o prefeito de Ituaçu, Albércio da Costa Brito Filho, "sem o apoio do Município de Barra da Estiva, a situação seria calamitosa. Não houve qualquer apoio por parte do governo federal na ação", garantiu.

Para a CNM, isso significa que, se em um Município não houver áreas sob domínio federal, mesmo que ele possua áreas suscetíveis a incêndios e queimadas de grande porte, não será inserido na declaração de áreas prioritárias em Estado de Emergência Ambiental.



Ibama

Defesa Civil

Chuvas de início de ano fazem 116 decretarem situação de emer

O mês de janeiro registrou chuvas acima da média em diversas regiões do Brasil. Estado de anormalidade ocasionado pelo alto índice pluviométrico refletem-se em destruição de estradas, pontes, residências e de estruturas públicas como hospitais, escolas, entre outras. Os desastres fizeram com que 116 Municípios decretassem situação de emergência.

De acordo com a área técnica de Defesa Civil da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o excesso de chuvas, muitas vezes acompanhado de vendavais e granizo, se deve aos efeitos do *El Niño*. Resumidamente, o fenômeno natural, que ocorre irregularmente em intervalos de dois a sete anos, torna as águas do Pacífico mais quentes e altera o clima em todo o Pacífico Equatorial, o que inclui a costa da América do Sul. A evaporação mais rápida da água do oceano forma uma maior quantidade de nuvens, que procavam chuvas excepcionais.

Conforme aponta a área técnica desta entidade, tais fenômenos adversos, como o excesso de calor e o acúmulo de água, contribuíram para o agravamento da calamidade dos Municípios brasileiros. Ao todo, foram 236 Municípios afetados pelas chuvas intensas, sendo que 79 deles concentram-se no Paraná. Dos 116 Munícipios que decretaram situação de emergência, 39 obtiveram reconhecimento federal de anormalidade. Além disso, o levantamento da CNM aponta que 817.556 pessoas sofreram algum tipo de prejuízo e três pessoas foram a óbito.

Estados mais afetados pelas chuvas em janeiro de 2016

Situação				Danos Humanos	
Estados	Municípios atingidos	Municípios com decretação	Reconhecimento Federal	Afetados	Óbitos
Bahia	35	26	1	70.327	0
Goiás	5	0	0	700	0
Distrito Federal	1	0	0	300	0
Mato Grosso do Sul	34	28	5	67.000	0
Maranhão	3	0	0	1.260	0
Minas Gerais	32	22	1	3.438	1
Paraná	79	37	30	220.542	2
Rio Grande do Sul	1	0	1	450.000	0
Rio de Janeiro	20	1	1	2.043	0
Santa Catarina	26	2	0	1.946	0
Brasil	**236**	**116**	**39**	**817.556**	**3**

Regiões mais afetadas

As chuvas não deram trégua aos Municípios do Centro-Oeste. Goiânia, capital de Goiás, contou com o mês de janeiro mais chuvoso dos últimos 36 anos. Na referida capital, o volume de chuva de janeiro foi de 484,8 mm, valor 79% acima da média do mês, que fica em torno dos 270 mm. Apesar do registro de muitos danos, os Municípios goianos afetados não solicitaram reconhecimento federal da situação de anormalidade e acabaram arcando sozinhos com os prejuízos causados pelos temporais.

No Mato Grosso do Sul, os grandes acumulados de chuva acarretaram muitos transtornos, como transbordamentos de rios, inundações, alagamentos e deslizamentos de terra em áreas de 34 Municípios, que decretaram situação de emergência. No entanto, 30 deles não obtiveram reconhecimento federal.

No Nordeste, alguns Municípios com tradição em promover grandes festas durante o carnaval tiveram de cancelar os eventos para cobrir os danos e os prejuízos causados pelos desastres decorrentes das chuvas intensas. Foram esses: Barreiras, Cipó, Santa Maria da Vitória, Itiúba, Morpará, Conde, Andorinha e Xique-Xique, todos na Bahia. Dos 26 Municípios em situação de emergência, apenas um obteve reconhecimento federal.

No Sul, o Estado do Paraná foi o mais prejudicado com os desastres naturais. Lá, é onde se concentra o maior número de danos, com 79 Municípios afetados, dos quais 37 decretaram situação de emergência e 30 conseguiram reconhecimento federal. Além disso, mais de 220 mil pessoas saíram com prejuízos, dentre desalojados e desabrigados, e duas pessoas morreram.

Municípios
gência

Ações da CNM

A CNM destaca algumas dicas importantes a serem seguidas por todos os gestores que, em situações de anormalidade, necessitem solicitar recursos financeiros à União para execução de obras emergenciais de recuperação e reconstrução das áreas destruídas e danificadas pelas chuvas.

De acordo com a Lei 12.608/2012, que rege o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), nos casos de desastres naturais, é dever da União e dos Estados apoiar os Municípios nas ações de buscas, socorro e assistência humanitária, monitoramento, prevenção, recuperação e reconstrução.

Diante do exposto, a CNM orienta os gestores locais que:

1) nas ocorrências de desastres naturais, solicite a integração dos três Entes nas ações e socorro e assistência humanitária;
2) busque sempre o apoio técnico da União e do Estado na decretação e na avaliação dos danos e prejuízos causados por desastres naturais;
3) solicite o reconhecimento de anormalidade diretamente à União;
4) após o reconhecimento federal, oficialize diretamente à União a liberação de recursos financeiros para execução de obras emergenciais de defesa civil no Município, peça apenas o apoio técnico do Estado no levantamento da documentação exigida pelo Sinpdec;
5) quando muitas cidades de um Estado forem afetadas por um desastre natural, evite a inclusão de seu Município na decretação Estadual de anormalidade, já que, nesses casos, os recursos liberados pela União ficam centralizados no governo do Estado.

Viva seu Município

Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro

O ***Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro*** foi comemorado no último dia 23 de fevereiro. E entre os dias 22 e 26 os gestores municipais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu a Semana Nacional do Municipalismo. O objetivo foi de que durante a semana gestores municipais promovessem ações para envolver a população na causa municipalista. Este ano o slogan foi: "gestão e população unidos contra a crise".

Com tema de impacto, a iniciativa este ano quis apresentar aos cidadãos o seu poder de atuação junto aos poderes Legislativo e Executivo, em nível nacional e regional. Por meio do *hotsite* da campanha "Viva seu Município", os gestores acessaram informações importantes sobre a Semana Municipalista.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou a atuação e a força que o municipalismo terá quando a população brasileira reconhecer sua força de atuação e se unir aos seus governantes locais em busca de soluções.

"Você já deve ter ouvido ou lido algo sobre a crise que atinge a grande maioria dos Municípios há alguns anos. Portanto, não é de agora. Mas, nos últimos anos, alcançou níveis que deixaram os gestores sem qualquer condição de investir em obras que você, cidadão, pede. Os poucos recursos arrecadados pelo Município são empregados em áreas que a União e os Estados deixaram de atender como manda a Constituição", diz a mensagem do líder municipalista na página *on-line* da campanha. Ele cita três áreas como exemplo de sua afirmação: Saúde, Educação e Segurança.

Dia do Municipalismo

Desde 2013, a data é lembrada em razão da Lei Federal 12.639/2012. Esta legislação entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e trata do reconhecimento àqueles que buscam políticas públicas que permitam ao cidadão uma vida melhor onde eles vivem, no Município.

A homenagem é fruto do Projeto de Lei 3.907/2008, apresentado pelo deputado federal Manoel Júnior (PMDB-PB). O parlamentar fez parte da direção da Confederação e conhece de perto o movimento municipalista. A proposta dele era reivindicação dos gestores e se tornou realidade.

Viva seu Município

No *hotsite* da campanha os gestores puderam acessar informações e dados que comprovam o cenário de crise financeira. A primeira informação levantada pela CNM é de que 98,5% das administrações municipais estão sentindo os efeitos da crise. O que tem refletido no pagamento dos servidores e na menor atuação do poder público local.

Movimento Municipalista

Ação marca parceria entre CNM e

Após um longo período, a Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj) está de volta ao movimento municipalista nacional. A aproximação entre a entidade e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) se deu no Ação Municipalista, ocorrido no dia 23 de fevereiro na capital carioca.

O momento não poderia ser mais especial. A data de realização do evento marca também o Dia do Municipalismo Brasileiro. Logo após a sessão solene de abertura do Ação Municipalista, o representante da CNM, Eduardo Tabosa, entregou o ato de formalização do reingresso da Aemerj à assembleia geral da entidade.

Em sua fala, Tabosa destacou o significado dessa integração. "O que presenciamos é um momento histórico, é o retorno da Aemerj, dos prefeitos do Rio de Janeiro ao nosso movimento nacional através da CNM".

O documento, que sela a aproximação das duas instituições, foi entregue para o presidente da Associação, Anderson Zanon. A partir de agora, a Aemerj é mais uma parceira da Confederação, e as duas entidades trabalharão em conjunto para o fortalecimento dos Entes federados.

Presença notável

Outro momento marcante do Ação Municipalista foi a presença do governador do Estado, Luiz Fernando Pezão, durante a abertura do evento. Pezão já fez parte do conselho fiscal da CNM e trouxe em seu discurso uma mensagem de união aos participantes.

Na ocasião, o governador recordou que a taxa de iluminação pública foi conquistada porque contou com a luta e o engajamento dos gestores. "E tem uma série de lutas que continuam até hoje, que se nós não estivermos juntos, a gente não consegue avançar", acrescentou.

Para finalizar seu discurso, Pezão explicou que a crise também afeta os Estados brasileiros. "A crise está batendo na porta de todos, até o alto. Está ruim para todo mundo. Os problemas são iguais, muda a dimensão em cada Estado".

Mais recursos

Em seguida, a programação do evento seguiu com um conjunto de painéis temáticos. Um deles trazia como assunto principal a pauta do movimento municipalista. Na ocasião, os gestores cariocas puderam conhecer o pacote de proposições encaminhado pela CNM ao Congresso Nacional para garantir mais recursos aos Entes federados.

A reformulação do pacto federativo é uma das principais bandeiras. Durante sua apresentação, o consultor da entidade, Eduardo Stranz, explicou sobre a luta da CNM pelo aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a conquista do repasse extra do Fundo.

Também foi destaque a Lei 13.254/2016, que aborda a repatriação de ativos no exterior. Stranz explicou que um veto presidencial cancelou a partilha dos recursos obtidos com Estados e Municípios. Ele orientou que os gestores cariocas se mobilizem pela derrubada do veto. "Esses 15% podem ser o combustível que vai aumentar o FPM deste ano", frisou.

E o fim de mandato?

O ano de 2016 marca o fim de mandato para os gestores municipais, e o período demanda uma série de cuidados. O último painel da programação trazia diversas orientações aos gestores sobre as condutas permitidas e vedadas, conforme exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei da Ficha Limpa.

Quem conduziu a apresentação foi a consultora jurídica da CNM, Elena Garrido. Ao longo de sua fala, ela mostrou que o tema "nunca precisou ser levado tão a sério". Um dos momentos altos foi a explicação sobre os Restos a Pagar (RAP). Garrido enfatizou que, diferentemente da União, os Municípios não dispõem desse mecanismo.

"Às vezes vocês assumem um compromisso com a comunidade, realizam uma obra, mas raramente vocês têm os recursos para sustentar o custeio dessa obra sozinhos. O dinheiro do governo não vem e então a obra fica parada", alertou.

Além de evitar o início de obras no último ano de mandato, Elena também elencou um resumo das principais condutas a serem adotadas nessa fase: garantir o equilíbrio entre receitas e despesas, demonstrar esforço pelo cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e providenciar limitação de empenho nos casos de queda de receita.

Realidade municipal

No Rio de Janeiro não é diferente. A crise também compromete as finanças municipais. É o que revelaram os gestores participantes do Ação Municipalista. A prefeita de Angra dos Reis

A CNM está nas principais Redes Sociais,
então, curta, siga e inscreva-se.

movimento municipalista do Rio

(RJ), Conceição Rahba, foi a primeira a chegar no evento. Em entrevista à *Agência CNM*, ela explicou que não queria perder um minuto sequer da programação. A gestora também revelou quais são os temas prioritários em sua cidade hoje.

"Estou bastante preocupada, principalmente com a questão da saúde, pois dependemos de verbas estaduais e federais. Com esse contigenciamento todo do governo federal, a gente vem tendo de assumir os serviços sem a contrapartida necessária", explanou. Conceição conta ainda que precisou rever todo o sistema de saúde do Município, considerado por ela o local que reúne a maior demanda.

Quando perguntada sobre como ela pretende lidar com o momento de crise, a gestora foi clara: "estou tentanto fazer o monitoramento da cidade, equacionar as despesas, mas vai ser com muito sofrimento".

A aproximadamente 300 quilômetros de Angra dos Reis, fica o Município de Cantagalo. Apesar da distância, o cenário por lá é bem parecido. O prefeito da cidade de Cantagalo, Saulo Gouvea, foi o segundo gestor a chegar no evento e também comentou que tem sentido os efeitos da crise.

"Cantagalo deixou de arrecadar quase R$ 10 milhões no ano passado", afirmou. Para ele, o montante faz bastante falta, uma vez que o orçamento do Município é de R$ 80 milhões. Outro fator que agrava ainda mais a situação dos cofres municipais é o subfinanciamento dos programas pactuados com a União.

Sobre esse assunto, Saulo explica: "hoje nós temos vários convênios assinados com o governo federal, o governo estadual, mas os repasses não vêm somando forças. A crise atingiu a todos", desabafa. O gestor acrescentou que nos últimos anos tem feito "a manutenção da máquina pública pura e simplesmente, tentando vislumbrar dias melhores".

Ag. CNM

Ag. CNM

VIVA SEU MUNICÍPIO

Durante o *Ação Municipalista*, os gestores compreederam que a falta de recursos é um problema compartilhado com diversos outros Municípios no Rio de Janeiro e em outros Estados. Em um dos painéis, o diretor-executivo da CNM, Gustavo Cezário, apresentou a campanha "Viva seu Município" e convidou o grupo a participar do movimento. Muitos gestores se identificaram com a proposta e sinalizaram que vão mobilizar suas comunidades.

Lançada em 2014, a iniciativa busca engajar os gestores municipais na luta para que as autoridades e a imprensa conheçam os verdadeiros motivos da crise. Desde então, a campanha tem sido realizada todos os anos. Este ano, o slogan traz: "gestão e população unidos contra a crise", um apelo para que a comunidade também compreenda a falência dos Municípios.

Crise nos Municípios

Efeitos da crise nos Municípios é tratado e

Não é de hoje que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) relata a crise nos Municípios brasileiros. E traçar um perfil dos efeitos dessa crise a fundo na gestão das prefeituras foi o objetivo de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Nomeado de "Dossiê da Crise", o estudo da CNM traça um panorama geral do atual cenário dentro das prefeituras; para isso, utilizou uma pesquisa realizada pela Confederação no final de 2015. Após exibir a conjuntura da crise nas prefeituras brasileiras, o estudo elencou os problemas mais significativos dos Municípios: desonerações e queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); despesa com folha de pagamento; piso do magistério; salário mínimo; encerramentos do mandato e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ag. CNM

Ag. CNM

Responderam à pesquisa 4.080 Municípios e, desses, 98,5% responderam que estão sentindo os efeitos da crise instalada no país. Apenas 1,4% destes dizem não sentir nenhum efeito causado pela crise econômica e política brasileira. Dos 4.020 Municípios que assumiram sofrer os efeitos da crise, 2.844 sofrem efeitos dela na área de Educação e 83,5% na área de Saúde.

Reunião Atricon – Na terça-feira, 1º de março, a diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) recebeu em sua sede, em Brasília, representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Rui Barbosa – braço acadêmico da Atricon – para apresentar o Dossiê da Crise e criar uma parceria para auxiliar os gestores no que diz respeito à prestação das contas municipais.

O 1º secretário da CNM, Eduardo Tabosa, coordenou a reunião e abriu a pauta de discussão dizendo que a prioridade é orientar não somente os prefeitos em final de mandato como os que assumirão as prefeituras pela primeira vez. "A ideia da CNM é capacitar e orientar os novos gestores e, para isso, contamos com a colaboração da Atricon e do Instituto Rui Barbosa, a fim de que juntos a gente consiga atingir o objetivo de servir bem a sociedade", afirmou.

"A CNM apela aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios para que com o conhecimento efetivo da realidade nacional e o reconhecimento do acúmulo de responsabilidades jogados sobre os Entes públicos locais sejam adotadas nacionalmente medidas de flexibilização das regras punitivas previstas em leis; considerando que o Ente local é o que assume as maiores responsabilidades no atendimento das necessidades da população e ao mesmo tempo é aquele para quem os recursos públicos são sempre diminutos e incapazes de suprir as responsabilidades que lhes são atribuídas", diz o estudo da CNM.

Controle e gestão – "Agradeço a CNM pelo convite, a gente tem uma pauta em comum. Costumo dizer que o controle e a gestão estão no mesmo barco, pois buscam a qualidade da gestão pública e o desenvolvimento e a qualidade de vida dos cidadãos", disse o presidente da Atricon, Valdecir Pascoal.

"Eu me solidarizo com a situação dos prefeitos, pois são eles que estão na ponta, é quem mais vê a realidade do povo brasileiro. E na crise é que se prova como a Federação continua centralizada. Os Municípios na tese têm autonomia, mas na prática dependem do FPM – Fundo de Participação dos Municípios – e de migalhas do governo", lamentou Pascoal.

O presidente do Instituto Rui Barbosa, Sebastião Helvecio, falou sobre o trabalho acadêmico do Instituto e deu algumas orientações aos presentes na reunião sobre governança e gestão. "Precisamos fazer um aprofundamento no Brasil da avaliação de políticas públicas", disse. E completou parabenizando a CNM: "acho muito válido que a CNM e a Atricon sejam parceiras para fortalecer a gestão municipal".

Presidentes das estaduais – Participaram da reunião presidentes de entidades estaduais, como o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Júlio; a presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria; o presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos; e o presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Juvenal Neto.

Todos eles apresentaram aos representantes da Atricon os exemplos de seus Estados e falaram da dificuldade que os prefeitos têm para conseguir ser ficha limpa diante da crescente demanda de atribuições aos Municípios e confirmaram os dados do estudo da CNM.

Os gestores relataram que o corte de despesas tem sido a providência mais comum entre os prefeitos para conseguir manter a prefeitura de "portas abertas" neste momento de crise. De acordo com dados da CNM, "80% dos Entes municipais reduziram despesas de custeio – aquelas necessárias para a manutenção da ação governamental e a prestação de serviço público, como, por exemplo, as despesas com água, luz e material em uma repartição pública. A segunda medida mais adotada foi a redução do quadro de funcionários (53,6%) e de cargos comissionados (51,4%). É importante ressaltar que os Municípios podem ter adotado uma medida ou mais para combater a crise, por isso, a soma da frequência relativa das providências tomadas não fecha em 100%", revela o estudo.

m reunião com Atricon

Convênios com o governo federal – Ainda segundo o estudo, 67,8% dos Municípios afirmaram ter problemas com o recebimento de recursos para a execução de convênios com o governo federal. Dos 2.768 Municípios que declararam passar por esse problema, 64,7% alegaram que tais atrasos obrigarão o Município a deixar restos a pagar com empreiteiros e/ou fornecedores em descoberto neste ano.

Um dos pontos em destaque na reunião foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que é uma das maiores queixas dos gestores. O Fundo determina que, no mínimo, 60% dos recursos devem ser destinados ao pagamento do piso do magistério e que, no máximo, 40% deve ser direcionado para a manutenção e o desenvolvimento do ensino (MDE). No entanto, o crescimento constante do piso acima do crescimento das receitas e, até mesmo, dos índices de inflação, tem levado os gestores a utilizarem muito mais para o pagamento da folha salarial na Educação.

Então, fica claro porque os gestores locais estão com dificuldades em pagar o piso nacional do magistério. Não se trata de falta de vontade política, como muitos dizem, mas sim de um problema de falta de fonte de financiamento que possa sustentar este atual critério de reajuste.

Encerramento de mandato – Em 2016, os atuais gestores estarão encerrando seus mandatos e, consequentemente, isso impõe a eles práticas especiais de controle de despesas, pois além da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) há ainda de atender aos preceitos da Legislação Eleitoral.

Segundo a CNM, os atuais gestores correm o risco de entregar as contas municipais com maior dívida do que a recebida. Não porque tenham gastado irresponsavelmente, mas porque os recursos para cumprir os compromissos herdados ou assumidos não se concretizaram. Não conseguirão certamente o equilíbrio das contas públicas, e isso pesará na avaliação das suas prestações de contas.

Práticas legais – A CNM vem orientando os gestores municipais para os cuidados que deverão ter com estas práticas legais e administrativas, porém, entendemos que não há como fazer milagres e, ao se manter a situação da economia nos patamares atuais, nenhum prefeito do Brasil conseguirá encerrar a contento as contas do seu mandato.

A parcela do bolo arrecadatório que sobra para ser usufruída pela população através dos seus governos locais é irrisória, insignificante e insuficiente para o atendimento dos problemas sociais que a derrocada econômica está produzindo na sociedade brasileira.

O crescimento das despesas tornou-se maior que o crescimento das receitas, criando ainda mais problemas aos gestores. A exemplo disso, está a queda da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a formação do FPM. Em contrapartida, o aumento do número de competências e a falta de fonte de receita vinculada para o custeio de novos cargos. Assim, a realidade dos gestores municipais fica cada vez mais complicada.

Ag. CNM

CNM e TCU empenhados para amenizar a situação das prefeituras

"A função da CNM é fazer o Município funcionar bem para a sociedade, e isso não está acontecendo por diversos motivos, como a crise e a falta de repasses do governo federal. Esse foi o tema central do encontro de representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz.

Na reunião de terça-feira, 1o de março, a CNM foi representada pelo prefeito de Cumaru (PE) e 1o secretário da Entidade, Eduardo Tabosa; pelo presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Júlio; pela presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Maria Quitéria; e pelo presidente da Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul), Juvenal Neto.

Em um primeiro momento, Tabosa convidou o presidente do TCU para participar da XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que será realizada entre os dias 9 a 12 de maio. "É o maior evento municipalista da América Latina, e a presença do TCU é fundamental para avançar na democracia", lembrou o prefeito de Cumaru (PE). Além disso, o prefeito também apresentou o Dossiê da crise, um estudo feito pela Confederação que traça um perfil dos efeitos da crise nos Municípios brasileiros. Dados mostram que 98,5% dos Municípios estão sentindo os efeitos da crise atual, principalmente nas áreas de Educação e Saúde.

Convênios em atraso – Para Quitéria, um dos grandes problemas nos Municípios que podem ter algum tipo de apoio do Tribunal para serem amenizados são relacionados aos convênios com a União. "A falta de repasses da União prejudica muito a situação dos Municípios e dos prefeitos. É necessário encontrar caminhos justos para diminuir as dificuldades do último ano do mandato do prefeito", lamenta a prefeita.

Cedraz concordou com todos os assuntos expostos pelos prefeitos e enfatizou a importância de realmente realizar um verdadeiro novo Pacto Federativo.

Crise nos Municípios

Atrasos em repasses para os Municípios e diminuição de recursos refletem caos na Saúde

A péssima situação da Saúde tem como um dos principais motivos os atrasos e os parcelamentos de transferência de recursos. A insuficiência de repasses do governo federal para custear programas de Saúde que são executados pelos Municípios brasileiros reflete negativamente na qualidade do serviço prestado à população.

O cenário tem piorado. O orçamento autorizado para a Saúde diminuiu de 2015 para este ano. O valor destinado foi de R$ 121 bilhões no ano passado e caiu para R$ 118 bilhões em 2016. Em 2015, o governo federal suspendeu repasses de vários Programas para manter aqueles que são considerados fundamentais. A medida foi motivada na tentativa de conter o rombo das contas públicas e o orçamento insuficiente.

As consequências foram o adiamento e parcelamentos de repasses da Média e Alta Complexidade (MAC). Um parecer técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento (Cofin) em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aponta que a previsão de déficit no orçamento da Saúde para 2016 será de aproximadamente R$ 16,6 bilhões. Com isso, o financiamento de ações e serviços públicos de saúde devem impactar ainda mais nos repasses do MAC e em atrasos nas transferências de outros programas federais.

EBC

Caos no atendimento

A ação negativa trouxe consequências como cancelamentos de cirurgias e demora no atendimento a pacientes que precisam de exame de imagem. Nessas ocasiões, quem procura ser atendido chega a esperar meses. Diante desse cenário, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) lembra que o direito à saúde é uma Cláusula Pétrea prevista na Constituição Federal e precisa ser defendida.

A entidade ressalta que esse é um dos piores momentos vivenciados na saúde pública. A entidade reitera que fica inviável desenvolver ações que atendam às necessidades da população diante do anúncio do governo federal de redução no orçamento. A situação fica ainda mais complicada no momento em que o país vive uma total instabilidade em razão de crises na política, aumento da inflação, envelhecimento da população e recentes epidemias.

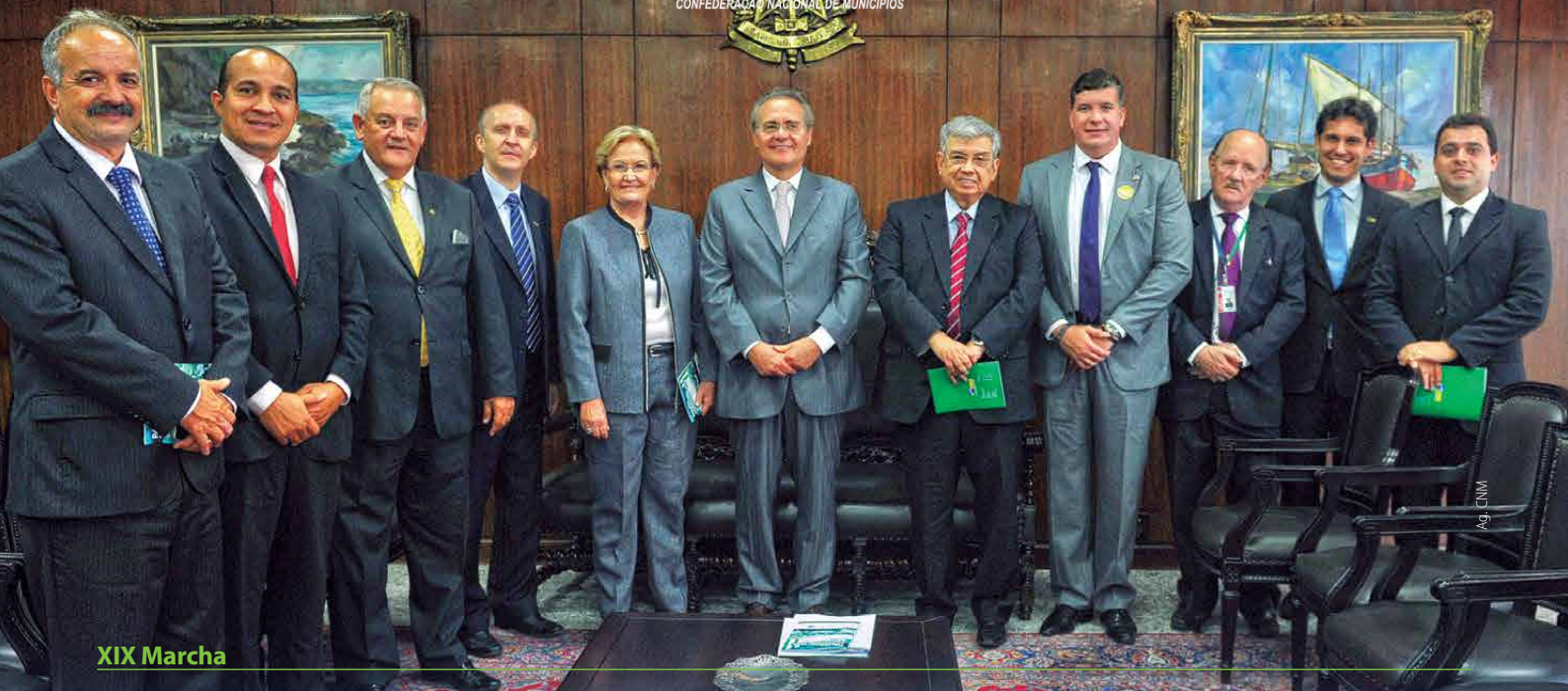
Aedes aegypti

A incidência de casos de diferentes doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, como a dengue, a chikungunya, a febre amarela e o vírus zika, tem trazido preocupação para todos os Municípios brasileiros. O crescimento alarmante de epidemias associadas ao mosquito fez com que muitas cidades decretassem situação de emergência.

A condição foi agravada ainda mais nos últimos meses com a associação do vírus da zika ao aumento de casos de microcefalia e de Síndrome de Guillain Barré – espalhados por diversas regiões do país. Em janeiro de 2015, foram registrados 40.916 casos de dengue. No mesmo período de 2016, foram notificados 73.872 casos, um aumento de quase 50% em relação ao ano anterior.

Já os casos de febre chikungunya notificados chegaram a 20.662 até dezembro de 2015 em 12 Unidades da Federação. Além disso, o vírus zika foi identificado no ano passado e foi apontada uma relação à grande quantidade de bebês microcéfalos na região Nordeste. A CNM entende que esse grave quadro impõe a necessidade de fortalecimento da assistência à saúde e do combate sistemático e contínuo ao mosquito transmissor.

A entidade considera que uma das medidas adotadas consiste na preparação das prefeituras brasileiras no combate ao *Aedes*. Com todo esse quadro vivenciado pelos Municípios de falta de estrutura para um atendimento digno à população, insuficiência de repasses do governo federal no custeio de programas essenciais executados pelos Entes e redução do orçamento da Saúde, a CNM entende ser inviável que as prefeituras possam oferecer um serviço eficiente para os cidadãos dos Municípios.



Ag. CNM

XIX Marcha

Presidente do Senado sinaliza presença na Marcha durante encontro com a CNM

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB/AL), sinalizou presença na ***XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios***, agendada para os dias 9 a 12 de maio, na Capital Federal. A intenção foi mencionada durante reunião com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), no dia 8 de março. Na ocasião, a entidade entregou a pauta de reivindicação prioritária do movimento municipalista deste ano.

O presidente em exercício da CNM, Glademir Aroldi, e integrantes da diretoria da entidade representaram o movimento municipalista nacional no primeiro encontro do ano com Calheiros. A expectativa é de que, assim como no ano passado, o presidente do Senado participe da *Marcha* para ouvir as reivindicações dos gestores locais e que priorize os projetos positivos às Prefeituras na pauta de votações do Plenário.

Calheiros assumiu o compromisso de participar da Agenda municipalista de maio. Ele também sinalizou que colocará em votação as matérias de interesse dos Municípios para que algumas conquistas sejam alcançadas até a data do encontro. Ao ouvir as considerações dos representantes da CNM sobre a reforma do Pacto Federativo, Calheiros demostrou apoio à semana municipalista de votação, que deve acorrer também na Câmara dos Deputados, provavelmente, na última semana de abril.

Em entrevista coletiva, ao término do encontro, o presidente em exercício da Confederação esclareceu que, no geral, as pautas tratam da reforma do Pacto Federativo, e são as mesmas pactuadas na *Marcha* do ano passado. "A questão do ISS; o Imposto Sobre Serviços, a prorrogação do prazo da Lei dos lixões. São propostas importantes, que não mexem com o orçamento da União nem dos Estados, mas que estão incomodando bastante os Municípios, neste momento", citou como exemplo.

"Tratamos também do veto da presidente à multa da repatriação de valores, que foi aprovada aqui no Congresso Nacional, o compartilhamento de 15% do imposto e 15% da multa. A presidente vetou isso, e nós esperamos que o Congresso, com bom senso e equilíbrio, possa derrubar este veto", completou o líder municipalista. "Não podemos admitir que, existindo o imposto, a multa seja desqualificada, desabafou o representante dos Municípios, já no início da tarde.

Aroldi também falou à Agência de Notícias CNM. Ele confirmou o que foi apresentado ao presidente do Senado. "Mostramos a ele a importância de termos algumas matérias, propostas à Comissão do Pacto Federativo aqui do Senado, já definidas até a *Marcha*, já concluídas", contou o representante da entidade. Ele relatou que o senador Calheiros se comprometeu a fazer o mesmo que a Câmara dos Deputados e promover uma semana municipalista de votação, provavelmente na última semana de abril. "Esperamos que isso aconteça e tenhamos alguns resultados favoráveis aos Municípios do nosso Brasil", ponderou.

Ao final de sua entrevista, o presidente da CNM pediu a participação dos gestores municipais brasileiros na *Marcha* deste ano, que contará novamente com a presença maciça de deputados e senadores comprometidos com os Municípios. "Este é o último ano, é o encerramento do mandato de nossos prefeitos; precisamos estar aqui, unidos, defendendo nossos interesses para que a gente possa ter o fechamento do ano com maior tranquilidade", salientou.

Para Aroldi, o cenário político econômico é bastante difícil, mas a expectativa é de que os parlamentares tenham a sensibilidade de tratar do momento em que se vive no país, mas sem se descuidar das matérias que vão viabilizar a continuidade dos serviços prestados à população brasileira.

Pauta Municipalista

Café da Manhã com deputados define semana de pautas municipalistas a serem apreciadas na Câmara

Uma semana inteira de pautas municipalistas sendo apreciadas no plenário da Câmara dos Deputados. Esse foi o resultado do *Café da Manhã com deputados* promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), na manhã desta terça-feira, 8 de março.

O presidente em exercício da CNM, Glademir Aroldi, apresentou aos parlamentares a Pauta Municipalista Prioritária para a *XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que acontece de 9 a 12 de maio, em Brasília.

"Esse encontro foi para que a CNM pudesse fazer uma aproximação com o Congresso Nacional, além de convidar a todos a participarem da nossa *Marcha*, para que haja uma força-tarefa em cima de nossas propostas, a fim de que elas sejam concluídas e votadas até a *Marcha*, pois beneficiam e muito todos os Municípios."

Na Pauta Municipalista Prioritária estão projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam, por exemplo, do Pacto Federativo, de Resíduos Sólidos, da Repatriação de recursos do exterior e de alterações legais que promovem melhorias na arrecadação municipal.

Ag. CNM

Ag. CNM

Deputados

O deputado José Alves Rocha (PR/BA) foi quem sugeriu uma semana de votação das pautas municipalistas. "Precisamos fazer uma semana de votação de matérias de interesse dos Municípios, com isso teremos uma grande chance de resolver essas questões, colocando em votação todos os temas em discussão."

"Nós vamos fazer uma pressão no plenário para agilizar a votação da proposta do Pacto Federativo. Eu apoio e sou parceiro da CNM e dos Municípios", disse o deputado Danilo Forte (PSB/CE). O parlamentar ficou responsável por fazer a mediação com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e articular a semana de votação das pautas municipalistas.

Para o parlamentar José Sarney Filho (PV/MA), "há muitos deputados que se esforçam para que a pauta de interesse dos Municípios seja colocada em votação, mas isso ainda não se traduz em aprovação. Os prefeitos precisam ter conhecimento e pressionar os seus parlamentares para que grande maioria vote junto com os Municípios".

Participaram do Café da Manhã os deputados Danilo Forte (PSB/CE); Herculano Passos (PSD/SP); Nelson Marquezelli (PTB/SP); José Rocha (PR/BA); André Moura (PSC/SE); Mauro Pereira (PMDB/RS); Hildo Rocha (PMDB/MA); Arnaldo Jordy (PPS/PA); Rômulo Gouveia (PSD/PB); Vanderlei Macris (PSDB/SP); Edmilson Rodrigues (PSOL/PA); Otávio Leite (PSDB/RJ); Carlos Henrique Gaguim (PMB/TO); e Sarney Filho (PV/MA).

Créditos

O *Boletim CNM* é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.

Presidente: Paulo Roberto Ziulkoski • **Diretor de Gestão:** Gustavo Cezário • **Jornalista responsável:** Tairo Arrial • **Reportagens:** Allan Oliveira, Ana Maranhão, Gabriela Salcedo, Mabília Souza, Raquel Montalvão, Virna Limongi. **Colaboradores:** Áreas Técnicas da CNM • **Fotos:** Agência CNM • **Revisão:** Keila Mariana de A. O. Pacheco • **Diagramação:** Themaz Comunicação Ltda

Endereço: SCRS 505, bloco C, 3ª andar, 70350-530, Brasília(DF) • **Telefone:** (61) 2101-6000 • **Fax:** (61) 2101-6008 • ***E-mail*:** atendimento@cnm.org.br • ***Site*:** www.cnm.org.br